

Dívida externa e plebiscito

externa

ALOIZIO MERCADANTE*

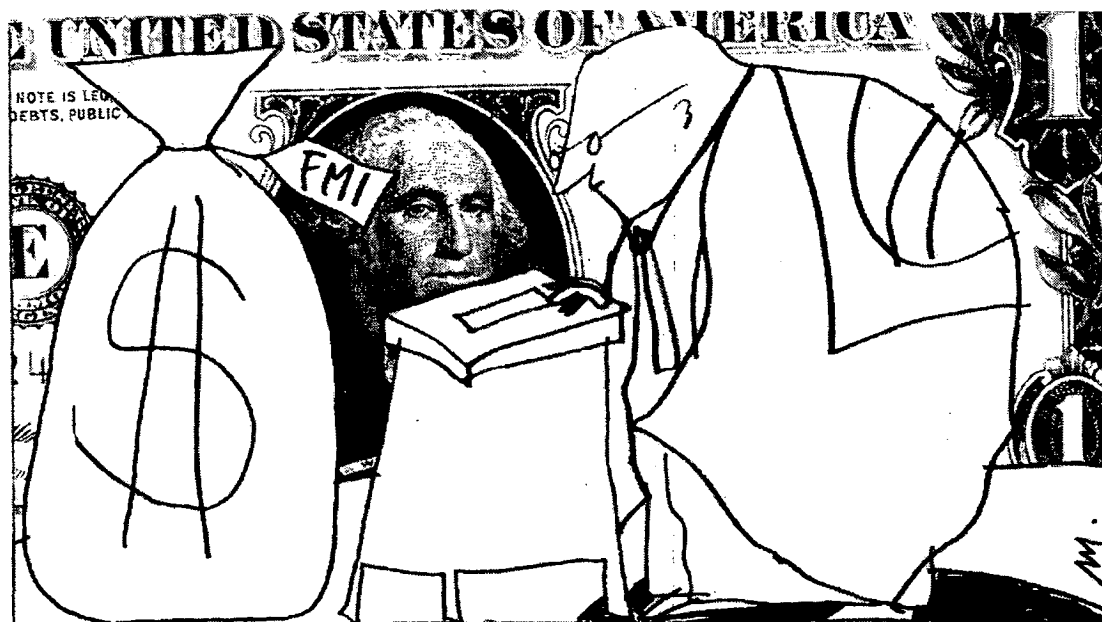
Historicamente o endividamento externo do Brasil é inseparável da condição de periferia subdesenvolvida que marca, desde o início, nossa inserção na economia mundial. Em alguns casos foi imposto politicamente ao país. Em outros resultou de interações entre fatores econômicos internos e externos típicos dessa condição nas relações de intercâmbio cronicamente desfavoráveis e a dependência estrutural do capital estrangeiro, para citar somente dois dos mais emblemáticos. Em todos os casos operou como um mecanismo detonador de crises periódicas que conduziram sempre à reconcentração do capital, da renda e da riqueza em favor dos países e empresas do núcleo desenvolvido do capitalismo mundial. Por isso continuamos sendo periferia. E por isso também, ao contrário do que sugere a infeliz tentativa de desqualificação do ministro Pedro Malan, é relevante discutir nossa dívida.

Recorde-se que a crise dos anos 80, gerada a partir do choque do petróleo em 1973 e da alta dos juros internacionais promovida pelos Estados Unidos, a *prime rate* salta de 6,81%, em 1977, para 12,65% em 1978, e chega a 18,69% em 1981, o que produziu uma explosão da dívida externa, que passa de US\$ 15 bilhões em 1973 (algo em torno de 18% do PIB) para US\$ 121 bilhões em 1987 (43% do PIB), sem que tenha ocorrido, paralelamente, uma entrada proporcional de recursos. Nesse período, que culminou com a moratória, o país pagou cerca de US\$ 180 bilhões de juros e amortizações da dívida.

O advento do neoliberalismo, com a multiplicação das crises e a globalização de seus efeitos, agregou novos elementos a esse quadro. A dívida externa, estatizada na fase anterior, continuou crescendo rapidamente em 108,7% entre 1990 e 1999 e, agora, por conta da expansão do endividamento privado.

Atualmente, a dívida pública é da ordem de US\$ 100 bilhões, enquanto o endividamento total atinge US\$ 241 bilhões. Entre juros e amortizações pagamos, na década, US\$ 294 bilhões, aos quais há que somar a brutal transferência patrimonial derivada do processo de privatização e das operações de aquisição e fusões de empresas nacionais pelo capital estrangeiro promovida pelo governo FH.

O atual modelo econômico não contém, em sua lógica interna, fatores de reversão desse processo. Sua dinâmica sinaliza em direção a um endividamento crescente, do país e do Estado, que exigirá também crescentes transferências de renda e de ativos que tendem a inviabilizar o desenvolvimento nacional e perpetuar nossa imensa dívida social, cu-



ja moratória permanente não parece preocupar nosso responsável e cosmopolita ministro da Fazenda.

Por essa razão, apoiamos a iniciativa da CNBB de realizar um plebiscito sobre o endividamento do país. Não é um tema fácil para a população, mas o plebiscito gera estímulo ao debate e milhares de eventos surgiram em função dessa iniciativa.

A primeira pergunta do plebiscito é se o acordo com o FMI deve ser mantido.

É evidente que essa é uma discussão oportuna, porque o acordo tem implicações que afetam a vida de todos nós. A política ortodoxa e monetarista do Fundo impõe cortes nos gastos sociais e no investimento público para liberar recursos para o pagamento de juros aos bancos internacionais e governos cujos interesses representam. Entre 1995 e 1999 os juros nominais relativos ao endividamento interno e externo somaram a baboseira de quase R\$ 340 bilhões. Não foram pagos, é verdade, mas araram dívida. No mesmo período, deteriorou-se a infra-estrutura básica para o desenvolvimento do país e a crise energética em perspectiva é só um exemplo, a economia estagnou e degradaram-se os serviços essenciais à população.

Para que nos endividamos, então?

A segunda pergunta defende uma auditoria da dívida externa, que é uma exigência, até hoje não-cumprida, da Constituição de 1988. Não está sendo proposto o calote, como sugere o ministro, mas a auditoria e transparência no componente público da dívida, o que, aliás, é coerente com as posições que o PT vem defendendo há muito tempo. Calote é o que este governo deu no povo, com suas promessas eleitorais não-cumpridas de segurança, emprego, agricultura, saúde e educação.

A terceira pergunta do plebiscito é se o orçamento público nos três níveis de governo deve continuar pagando a dívida interna aos especuladores. A maneira como está formulada pode induzir a uma interpretação equivocada do seu sentido. O PT não defende e nunca defendeu a moratória da dívida interna, até porque não há como nela separar o que é capital de giro, capital especulativo ou poupança familiar. Mas não aceitamos a continuidade do processo de endividamento público acelerado, promovido por políticas cambiais e monetárias irresponsáveis que penalizam a produção interna, premiam o capital especulativo daqui e do exterior, estrangulam as finanças públicas e destroem a autonomia dos estados e municípios, colocando em questão o próprio pacto federativo. Queremos romper o ciclo vicioso que vincula a dependência do capital externo, e nossa consequente vulnerabilidade externa, ao crescimento da dívida interna. Queremos que se reduza a taxa de juros — a cada 1% de juro significa hoje um custo anual de mais de R\$ 5 bilhões —, sem o que não há condições para equacionar o problema da dívida em nenhum dos três níveis de governo.

São essas as questões que queremos trazer para o debate nacional. Acharmos que o plebiscito ajudará o povo a entendê-las e, consequentemente, entender também quais são, por detrás do discurso oficial, os reais interesses defendidos pelo atual governo. Talvez seja isso que tanto incomode o ministro Malan.

*Economista, professor licenciado da PUC-SP e Unicamp, deputado federal, líder do PT na Câmara dos Deputados